



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639995 - SP (2021/0012460-0)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : MARIA CECÍLIA REMOLI DE SOUZA LOPES - SP108711
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCAS LOPES DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS LOPES DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravos em Execução Penal n. 0004310-73.2020.8.26.0026).

O paciente cumpre pena de 5 anos de reclusão, atualmente em regime fechado, em razão de condenação definitiva pela prática do delito de tráfico de drogas, com término previsto para 28/6/2024.

A impetrante sustenta que o paciente está submetido a constrangimento ilegal, pois o acórdão impugnado manteve a exigência do cumprimento de 3/5 ou de 60% para a progressão de regime em relação à pena cominada pelo tráfico de drogas, mesmo sem que houvesse reincidência específica em crime hediondo ou equiparado.

Alega que deve ser observada a regra do art. 112, inciso V, da Lei de Execução Penal, segundo a qual a progressão de regime depende do cumprimento de apenas 2/5 ou 40% da reprimenda, haja vista a ausência de norma específica para o enquadramento do caso concreto, devendo prevalecer a regra mais benéfica ao apenado como consequência lógica do princípio do *favor rei*.

Assevera que o apenado não pode ser considerado reincidente específico, já que sua condenação anterior foi por crime sem o caráter hediondo (tráfico privilegiado).

Requer, liminarmente, a transferência do paciente para o regime menos rigoroso, mediante o cumprimento de 40% da reprimenda a que foi condenado pelo crime equiparado a hediondo, retificando-se o cálculo de liquidação de penas. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência